

CEDI - PIB
DATA 09 09 93
COR. KDD 00038

TRABALHO PARA CONCURSO AO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA-USP

Jaime Garcia Siqueira Jr.

Contrariamente aos outros animais sociais, os homens não se contentam só em viver em sociedade, mas eles produzem a sociedade para viver. De que maneira a Antropologia tem colocado o debate sobre a esfera da produção nas sociedades tribais?

Apresentação

O presente trabalho pretende abordar sinteticamente as principais posições colocadas pela Antropologia Econômica sobre a questão da produção nas sociedades tribais, situando a discussão em termos históricos e metodológicos.

Apresento uma exposição mais geral sobre como as correntes funcionalista, estruturalista e marxista tem tratado da economia "primitiva". Em seguida trato das divergências entre formalistas e substantivistas da antropologia econômica, posições que são "herança" da economia clássica. A controvérsia entre formalistas e substantivistas resume-se no fato de que os primeiros sustentam que a tipologia utilizada para a explicação dos fenômenos da sociedade de mercado é plenamente aplicável também às sociedades sem mercado. Já para os substantivistas, para cada sociedade deve ser elaborada uma nova tipologia. A partir daí, coloco a importância do marxismo para esse debate e um resumo crítico das posições dos principais representantes dessas tendências teóricas.

Finalmente, discuto o problema das "sociedades em mudança", as transformações e mudanças da economia tradicional decorrentes do choque com a economia de mercado. Utilizo minha experiência de pesquisa com o grupo indígena Kadiweu (1) como exemplo desta problemática, pois trata-se de um caso típico de uma sociedade indígena que incorporou uma série de inovações econômicas ao longo do contato com a sociedade envolvente, mas que ao mesmo tempo preserva e reproduz elementos de sua estrutura social tradicional.

Abordagens funcionalista, estruturalista e marxista

A Antropologia Econômica tornou-se durante os últimos anos, uma componente essencial da abordagem das sociedades primitivas (sem classes) e camponesas (2). Para analisarmos as condições de aparecimento e o efeito das relações que os homens estabelecem entre si na produção material de sua existência, é necessário conhecermos como a noção de causalidade estrutural da economia tem sido colocada.

Antropólogos funcionalistas como Malinowski, Firth e outros como Evans-Pritchard realizaram pesquisas em sociedades primitivas enfatizando suas economias, desmistificando inclusive a imagem do ocidente em relação às trocas primitivas (exemplo do Kula e Potlatch). Entretanto, esses antropólogos acreditam que as relações de produção acontecem sob uma forma que as separe de outras relações sociais, confundem a estrutura social e as relações sociais

visíveis. Além disso, o funcionalismo não se interessa pela história, o seu estudo se faz numa perspectiva sincrônica, a partir da análise de dados no momento em que se dá a pesquisa. A idéia de que uma instância social "integra" as outras (o econômico dentro de momentos rituais, do parentesco, etc.), desempenhando uma função de dominância também é questionável, na medida em que, uma instância social entre as sociedades primitivas só pode "integrar o todo", quando assume internamente várias funções devidamente hierarquizadas.

Os trabalhos de Lévi-Strauss representam um significativo avanço em relação ao funcionalismo, pois para Lévi-Strauss é preciso ir além das relações visíveis dos homens - as estruturas não são realidades diretamente visíveis e observáveis. O estruturalismo dá conta da interação dos elementos interiores a uma estrutura ou sistema, mas pretende estudar as estruturas, entendidas como a essência escondida do real, dissimuladas sob as aparências superficiais, somente na dimensão da "sincronia".

Mais recentemente, ganhou peso nos meios acadêmicos uma antropologia econômica de orientação marxista, tendo em Maurice Godelier seu maior expoente. Dentre os pontos mais relevantes da nova tendência, poderiam ser destacados: a reafirmação do primado da produção sobre a circulação, implicando uma crítica à tipologia substantivista, que classifica os sistemas econômicos segundo a forma de troca predominante; a recuperação de algumas das formulações de K.

Marx e F. Engels sobre as economias pré-capitalistas, procurando atualizá-las e enriquecê-las à luz das novas descobertas empíricas e teóricas da antropologia. Em alguns casos, o esforço no sentido de retomar a perspectiva da evolução dos sistemas sócio-econômicos, relegada pelo funcionalismo e estruturalismo antropológicos; a tentativa de adequar aos sistemas não capitalistas, sem abandoná-lo, o postulado marxista da determinação do social pelo econômico, considerando por exemplo, as relações de parentesco nas sociedades primitivas como relações ao mesmo tempo infra e superestruturais. E ainda a discussão, levantada por alguns autores, a respeito da existência da exploração nas sociedades sem classes, a qual se expressaria na sujeição do trabalho feminino e na dominação dos jovens pelos mais velhos.

Uma das críticas colocadas ao materialismo histórico aplicado às sociedades primitivas se refere à impossibilidade de abordar cientificamente o domínio das práticas simbólicas. Assim como Godelier, M. Sahlins também tenta uma aproximação estrutural e marxista, mas questiona a conveniência das práxis material para dar conta da ordem cultural e simbólica.

"A marca registrada do 'primitivo' na ordem das culturas humanas é exatamente a ausência da diferenciação entre base e superestrutura suposta pela concepção materialista." (Sahlins, 1979: 18)

Posturas formalista e substantivista

As divergências e aproximações do estruturalismo e do marxismo acompanham também toda a controvérsia formalistas-substantivistas da antropologia econômica.

Há teses bastante diferenciadas no que se refere à definição do econômico, entre os antropólogos. Herskovitz, Burling, Leclair e Salisbury pertencem à corrente dos chamados formalistas, para quem a ciência econômica tem por objeto o estudo do comportamento humano, que consiste em combinar o melhor possível, meios determinados e escassos para conseguir fins específicos.

"...os conceitos e proposições da economia formal, ostensivamente desenhados para explicar os fenômenos da economia de mercado, são também aplicáveis - seja globalmente ou em parte - às análises das economias sem mercado. Os formalistas dizem que são aplicáveis e os substantivistas o negam." (Kaplan, 1974: 208)

Karl Polanyi e Georges Dalton são, por sua vez, adeptos do substantivismo, que caracteriza a economia de uma sociedade como as formas e estruturas sociais da produção, distribuição e circulação dos bens materiais, em determinado momento histórico desta mesma sociedade. Ambas as correntes derivam dos economia clássica e são variações do empirismo: os formalistas trabalham com certeza dedutiva, matemática, esperando aplicar um modelo elaborado para uma economia de mercado a qualquer sistema. Os substantivistas superaram

esse problema mas incorreram em outro erro ao centrar sua análise na circulação dos bens e não na produção, trabalhando por indução. Na verdade, eles dotaram a teoria econômica formal de um conteúdo empírico e correm o risco de obterem configurações únicas e não comprováveis (3).

As duas posturas não constituem de fato teorias convincentes, pois um modelo só pode ter capacidade explicativa, se receber conteúdos empíricos concretos, comprováveis e comparáveis, para transformar-se então em teoria. Além da discussão sobre a aplicabilidade universal ou não do postulado da escassez, a divergência teórica fundamental entre os formalistas e substantivistas, ocorre na diferença de peso atribuído aos atores individuais ou às instituições organizadas.

A especificidade de cada sistema econômico e sua inserção nas relações sociais

Os trabalhos de Polanyi foram um marco definitivo na história da Antropologia Econômica, lançando as bases do substantivismo. Uma de suas maiores contribuições foi a de colocar a necessidade de se respeitar a particularidade de cada sistema econômico, sem a utilização de modelos de análise elaborados para a nossa economia de mercado; o aspecto destrutivo desse tipo de economia para as sociedades "primitivas" e a inserção do econômico no bojo das relações sociais.

Polanyi não considera a racionalidade econômica um aspecto universal do comportamento humano, mas uma certa classe de comportamento institucionalizado. Para ele, os sistemas econômicos, em regra, estão inseridos nas relações sociais e a distribuição dos bens materiais é assegurada por motivos não-econômicos. A partir da observação do curso da Revolução Industrial na Inglaterra, onde analisa a formação da economia capitalista de mercado, faz contraposições com sociedades primitivas, ressaltando o caráter destrutivo da economia de mercado para o ambiente cultural dessas sociedades: o violento processo de mudança pelo qual passam, através da transformação do trabalho e da terra em mercadorias (ver ex. do caso Kadiweu). A produção seria a integração entre homem e natureza e esse processo requer três formas de integração: reciprocidade (simetria social), redistribuição (centricidade) e troca em mercado (troca).

"Embora restituindo à Economia o estudo da produção, circulação e distribuição de bens e serviços, K. Polanyi e seus seguidores não elaboraram teoria que desse conta da passagem de uma forma de integração à outra, nem do peso dos fatores - e mesmo do parentesco - que pudessem vir a intervir na moldagem das formações sociais indiferenciadas." (Carvalho, 1978: 01)

O que faz falta, segundo D. Kaplan, é uma aproximação que se esforce em conseguir a generalidade dos formalistas sem perder ao mesmo tempo um firme apoio no mundo empírico,

algo como um "formalismo substantivo" ou "substantivismo formal" - ver Sahlins por exemplo. (cf. Kaplan, 1974: 227)

Há antropólogos como Maurice Godelier, Emmanuel Terray e Marshall Sahlins que assim com os substantivistas, também contestam a definição formal do econômico, e que consideram a definição substantiva insuficiente, visto que, a partir dos conceitos de Marx (de modo de produção e formação econômica e social), esses antropólogos pretendem analisar e explicar as formas e estruturas dos processos de vida material das sociedades.

O materialismo histórico, o primado da produção e a hipótese da exploração nas sociedades sem classes

Terray efetuou uma releitura marxista das pesquisas de Morgan (Ancient Society) e C. Meillassoux (Anthropologie Économique des Gouro). Essas interpretações geraram muita polêmica e receberam várias críticas, muitas das quais reconhecidas posteriormente por ele próprio.

Para ele, a obra de Morgan traz a concepção materialista da história descoberta por Marx, estabelecendo uma relação de equivalência entre as "artes de subsistência" de Morgan com o sistema de forças produtivas de Marx; entre "período étnico" e modo de produção, sendo que, para ambos a economia seria determinante. Entretanto, Lévi-Strauss considerou esse trabalho de Morgan de tendência marcadamente

evolucionista (tendência essa aliás, que o jovem Marx também demonstra).

Quanto à pesquisa de Meillassoux, "...baseando-se nas formas de cooperação - simples na agricultura, complexa na caça - identifica nos Gouro pré-coloniais a existência de dois modos de produção, um tribal-aldeão e outro de linhagem, articulados entre si, com dominância do segundo.

Aldeia e linhagem representam grupos sociais distintos que realizam relações determinadas com os meios de produção e nos quais são organizados o controle da produção e da repartição do produto. Reciprocidade na aldeia, redistribuição pelos mais velhos na linhagem são as características que os dois modos apresentam." (Carvalho, 1978: 02)

Apesar dos trabalhos de Meillassoux despertarem maior interesse para a pesquisa da organização econômica das sociedades primitivas, foram por outro lado, alvo de algumas críticas. Uma delas aponta para o fato dele ter caído no erro habitual dos economistas burgueses ao centrar sua análise a partir do modo de circulação dos produtos e não de produção. A circulação de bens, colocaria os problemas internos de uma sociedade em transição, não expressando a característica de uma economia de auto-subsistência, onde não há circulação entre mais velhos e caçulas. Por isso, entre os Gouro já haveria o desenvolvimento da desigualdade, o que justifica uma outra observação, desta vez dirigida a Terray:

"Confundindo processo de trabalho e processo de produção, Terray não chega a perceber que a essência da formação Gouro não reside na articulação aldeia/linhagem, mas na relação de dominação colonial que a projetou numa agricultura comercial, fundada na exploração econômica." (Carvalho, 1978: 03)

Não poderíamos deixar de citar ainda a controvérsia relativa ao papel dos mais velhos no modo de produção de linhagem, onde num primeiro momento, Terray não via relação de exploração dos velhos para com os jovens, mas num balanço auto-crítico posterior, admitia esta exploração e a formação de classes entre os Gouro.

A interpretação simbólica da cultura

Sahlins coloca-se como um dos representantes da chamada Ecologia Cultural e chegou nos seus primeiros escritos a adotar uma postura considerada por muitos como neoevolucionista, mas hoje adota posição crítica entre o estruturalismo e o marxismo. Seu trabalho centra-se nas relações entre poder econômico e poder político nas sociedades tribais, discutindo questões que talvez ajudassem a repensar o problema dos Gouro:

"A desigualdade social não se desenvolve a partir da desigualdade econômica. Em vez disso, a origem da desigualdade social está na diferenciação de papéis

econômicos gerados pelo desenvolvimento de uma economia de âmbito tribal." (Sahlins, s/d: 10)

Para ele, algumas sociedades tribais estão hierarquizadas, mas nenhuma é uma sociedade de classes (ver ex. do caso Kadiweu), contra o que se levanta o sistema de produção familiar autônomo - a produção é uma função doméstica e os indivíduos tem a posse de seus meios próprios de produção.

Respondendo à ideologia burguesa da escassez, cuja intenção é desqualificar uma cultura mais primitiva, Sahlins afirma que as sociedades de caça/coleta representam a sociedade da afluência. Contesta a tão divulgada noção de superioridade das economias neolíticas, com a idéia de que os povos caçadores e coletores desfrutam de uma abundância material, garantida pela facilidade de produção, simplicidade da tecnologia e democracia da propriedade.

"...a vaidade 'científica' do conceito de economia de subsistência traduz muito mais as atitudes e hábitos dos observadores ocidentais em face das sociedades primitivas que a realidade econômica sobre a qual repousam essas culturas." (Clastres, 1978: 12)

A questão da escassez numa sociedade está culturalmente determinada, pois os níveis de desejo e de aspiração estão orientados pela cultura. Quando uma cultura sofre mutações internas em função do contato com outra, há uma tendência a um aumento das aspirações e conseqüente aumento da escassez. A afluência, por sua vez, expressa ainda duas importantes

características da economia de caça/coleta: a prodigalidade e a impossibilidade em desenvolver a estocagem de alimentos, em função do baixo desenvolvimento tecnológico - riqueza e mobilidade são contraditórios.

"A falha processual da sabedoria recebida foi a de interpretar a estrutura econômica através das circunstâncias materiais, deduzindo a dificuldade absoluta de tal vida a partir de sua pobreza absoluta. Mas o esquema cultural sempre improvisa uma relação dialética com a natureza. A cultura, sem escapar de pressões ecológicas as nega de forma que de uma só vez o sistema traz a marca das condições naturais e a originalidade de uma resposta social em sua pobreza: a abundância." (Sahlins, 1978: 37-8)

Começa a ficar clara portanto, a opção do autor em defender a interpretação simbólica da cultura acima de qualquer tipo de utilitarismo. Nenhuma forma cultural pode ser interpretada a partir de um conjunto de "forças materiais" - a produção, então, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. Além de uma intenção cultural é também a reprodução da cultura num sistema de objetos.

Há uma contraposição, enfim, à concepção materialista da história e da cultura formulada por Marx. Godelier, por sua vez, observa que falta a Sahlins "...uma autêntica teoria dos modos de produção e de sua articulação interna com os demais níveis de organização da sociedade: parentesco, política, ideologia." (Godelier, 1974: 18)

A relação economia/sociedade/história e a questão da
passagem de um modo de produção a outro

A abordagem marxista de Godelier referente à Antropologia Econômica combina os procedimentos da História econômica e da Economia política. Surge a proposta de uma nova relação entre economia, sociedade e história, aliando o estudo das estruturas com a questão da gênese e evolução das estruturas sociais. Essa proposta encaixa-se nas premissas teóricas e metodológicas do materialismo histórico, ao qual o autor também coloca necessidade de atualização e revisão de conceitos de Marx, possibilitando dessa maneira, a construção de uma "teoria científica de perspectiva evolutiva multilinear" do parentesco, da política, da economia e da ideologia.

Duas importantes questões metodológicas devem ser evidenciadas para que possamos compreender a lógica do sistema econômico: partir da análise da produção e não da circulação; e não confundir a observação com os aspectos visíveis imediatos, procurando descobrir a lógica invisível do sistema econômico, evitando dessa forma um fetichismo. O importante é saber onde o econômico se expressa e como o faz, visto que, o econômico se mostra de formas distintas, ele é de difícil apreensão. Esta perspectiva propõe então, uma análise em termos de superestrutura e infraestrutura (problemática discutida longamente por Althusser),

procurando ainda situar esta discussão no plano da sincronia e diacronia.

O sistema econômico é a combinação das estruturas de produção, repartição e consumo, além do fato econômico que é a troca de serviços (como o mutirão por ex.), sendo que, a atividade econômica está também ligada organicamente às outras atividades (política, religiosa, etc.). Para Godelier, a estrutura tem certas propriedades como: a atuação como sistema; a interligação por regras e leis; ela tem princípios explícitos e implícitos de combinação; "esconde" as leis de funcionamento do sistema; o todo é maior que as partes; o sistema econômico está embutido no seu interior, não se podendo deduzí-lo, reduzi-lo ou agigantá-lo.

As estruturas da produção são formadas por conjuntos de operações destinadas a obter para uma sociedade seus meios materiais de existência. Essas operações se desenvolvem sobre a base de um meio material e realidades sociais dadas que constituem os entraves aos quais é submetido o sistema técnico de produção; entraves que limitam e determinam as possibilidades do sistema. As estruturas de repartição determinam a apropriação e uso da produção, e essa apropriação é submetida a regras explícitas, que definem direitos de cada membro da sociedade - as regras de repartição controlam as estruturas de consumo. As estruturas de consumo estão submetidas às normas técnicas de uma relação do homem com a natureza e às normas sociais que

regulam a relação Homem/Homem no uso dos fatores de produção. A solidariedade orgânica das estruturas do sistema econômico se manifesta através da complementariedade e circulação dos processos: a produção que permite a consumação, que também permite a produção.

Finalmente, Godelier também contesta a noção universalizante de escassez e de racionalidade econômica, afirmando que "...não há racionalidade em si nem racionalidade absoluta. O racional de hoje pode ser o irracional de amanhã, o racional de uma sociedade pode ser o irracional de outra. Enfim, não há racionalidade exclusivamente econômica." (Godelier, s/d: 392)

A questão da passagem de um modo de produção a outro coloca-se em perceber como as funções exercidas pelas relações de parentesco se deslocam para outros domínios e como a extração de excedente e o controle privado dos fatores de produção, especialmente a terra, podem consolidar a desigualdade. A análise das modalidades de passagem das sociedades sem classes para as sociedades de classes impõe-se, portanto, como importante e difícil tarefa, visto que, o próprio Godelier ressalta a dificuldade de avaliarmos quando um "poder de função" transforma-se em "poder de exploração" (faz-se necessária a retomada das teses marxistas referentes ao "modo de produção asiático", após devida atualização).

As sociedades de passagem e o problema das mudanças
econômicas e culturais

O estudo de uma sociedade passa pela análise de suas contradições. Partindo deste princípio, Georges Balandier foi levado a privilegiar o estudo das sociedades de passagem e a assentar as bases de uma "antropologia dinâmica". Para ele, "...uma sociologia atual e preocupada com a dinâmica social se encaminha, quando considera as 'sociedades tradicionais' em movimento, para uma etnologia mais bem aparelhada." (Balandier, 1976: 223)

Uma "sociedade tradicional", que enfatiza a economia de poder coletivo, em contato com a sociedade industrializada, de economia de poder individualista, sofre incidências de forças econômicas que provocam efeitos desestruturantes por um lado, e que conduzem a novas estruturas por outro. Uma análise orientada para o problema das "mudanças", nos esclarece sobre as organizações e estruturas atuais e anteriores das sociedades em questão.

"Toda a dificuldade da análise e a impossibilidade de recorrer exclusivamente aos conceitos de individualismo econômico e de classe social para interpretar a nova situação ligam-se ao fato de os sistemas há pouco descritos (ou, antes, alguns de seus elementos) coexistirem numa estreita imbricação." (Balandier, 1976: 227)

De fato, as sociedades africanas (com as quais o autor trabalha) não se desmoronaram. Elas souberam muitas vezes

encontrar respostas originais para a situação colonial que lhes era imposta. No seu esforço de adaptação ao mundo industrializado, certos aspectos da vida tradicional viram-se mesmo reforçados. Na verdade, a nova situação econômica insere-se num conjunto de objetivos ainda determinados pelo sistema sócio-cultural tradicional. Apesar de contradições e crises às vezes violentas nessas sociedades, há uma convivência da estrutura social antiga com a nova e uma tendência das inovações resultantes do contato servirem à "organização tradicional", graças inclusive, ao inabalável sentimento de identidade étnica e cultural.

O desenvolvimento econômico dessas sociedades em mudança "...sugerem a força de inércia de certos 'modelos' de relações sociais e de comportamentos (verdadeira armadura do sistema tradicional) e, inversamente, a plasticidade de instituições que se acham formalmente de pé, mas mudando de conteúdo e de função." (Balandier, 1976: 233)

O caso Kadiweu

As últimas observações referentes à questão das mudanças econômicas e sociais nas sociedades tradicionais, sugerem-nos breves considerações sobre o caso do grupo indígena Kadiweu (4). A configuração sócio-econômica atual deste grupo indígena e a história de seu contato com a economia de mercado capitalista, colocam-nos as bases para

pensarmos o problema das "sociedades em mudança", num caso concreto.

Habitavam historicamente a região do Grande Chaco, por onde perambulavam e guerreavam com outros povos - além de temidos guerreiros, eram caçadores/coletores e portanto, nômades. Utilizavam a força de trabalho escravo (os cativos eram aprisionados durante as guerras), o que inclusive proporcionava às mulheres Kadiweu tempo disponível para dedicarem-se quase que exclusivamente às artes. A guerra foi para a sociedade Guaycuru uma fonte de riqueza e de prestígio social, desempenhando importante papel econômico, na medida em que através da captura de cativos, aumentava o potencial disponível de força de trabalho. Além disso, reafirmava as relações assimétricas com os outros grupos indígenas da região, marcados por status diferencial, representando um sistema inter-étnico hierarquizado. A estrutura social Kadiweu também estava baseada em fortes padrões de hierarquia, onde se distinguiam as castas dos nobres, guerreiros e escravos.

Em fins do século XVIII, começaram a deslocar-se do Chaco e instalaram-se definitivamente à margem esquerda do rio Paraguai, próximos de onde vivem hoje. Nesse exato momento, começaram a ocorrer as primeiras grandes mudanças econômicas na sociedade Kadiweu, pois a sua sedentarização implicou no abandono das guerras intertribais, assim como na progressiva escassez da caça e alimentos coletáveis,

estimulando dessa forma o aparecimento gradual de uma agricultura de subsistência e da pecuária.

O parentesco mantém sua importância econômica, na medida em que é a unidade de produção e de consumo imediato. Mais recentemente entretanto, as terras da reserva foram divididas entre a maioria das famílias, sendo que, cada uma se encarregaria de morar nessa "fazenda" e arrendar seu pasto para o gado de fazendeiros regionais. Dois dados importantes demonstram então uma nova mudança de relações econômicas: a passagem da propriedade comum para a propriedade familiar, com a posse de uma "fazenda" para cada família; e a utilização da terra como fonte de renda, na medida em que é "alugada", arrendada a regionais, o que pode nos colocar a hipótese da transformação da terra em mercadoria.

No entanto, não se trata de uma sociedade de classes, pois não há exploração de uma classe pela outra, apesar das diferenças de status entre algumas famílias. Essas diferenças evidenciam uma certa hierarquização desta sociedade tribal, fundada não mais no antigo modelo de castas, mas basicamente no poder político e econômico.

O artesanato Kadiweu para venda tem uma importante função econômica e é um exemplo interessante da rearticulação de inovações econômicas, colocadas como um meio ao serviço de objetivos determinados pelo antigo sistema sócio-cultural (cf. Balandier, 1976: 231). É através de objetos comercializáveis com os "brancos" que as artesãs

indígenas tem possibilidade de "marcar" sua identidade, expressando a arte iconográfica tradicional de seu povo, contribuindo para a preservação e reafirmação de seus padrões culturais. É claro que esta questão não se resolve tão simplesmente, porque a adaptação da economia Kadiweu ao mercado regional é sua condição básica de sobrevivência. Mas essa adaptação convive, de maneira às vezes menos pacíficas ou mais harmoniosas, com elementos culturais tradicionais dessa sociedade indígena.

Evidentemente, não quisemos dar conta de uma análise global e criteriosa do processo de relações econômicas e de produção dos Kadiweu, mas acreditamos que isso poderá ser feito posteriormente, com um aprofundamento nas pesquisas de campo e na história desse grupo, além da definição de matizes teóricos claros que possam delinear a pesquisa.

As discussões teóricas e metodológicas a respeito da Antropologia Econômica são relativamente recentes, onde muitas hipóteses levantadas precisam ser testadas e alguns conceitos aprofundados, para que possamos relativizar esse conhecimento e caminhar na construção de uma teoria geral que aproxime a Antropologia e a História e, ao mesmo tempo, não perca de vista uma interpretação simbólica da cultura. O antropólogo, por sua vez, deve preocupar-se antes de mais nada em observar e respeitar a diversidade de expressão do econômico nas sociedades indígenas, evitando dessa forma que sua análise possa tender ou para o evolucionismo ou para o economicismo. O exercício da Antropologia Econômica então,

não é o de diferenciação de grau, mas da comparação de diferentes naturezas.

N o t a s

(1) Pesquisa de Iniciação Científica, iniciada em 1986, intitulada "Levantamento das Manifestações Artísticas Kadiweu - a trajetória de um estilo tribal" (FAPESP - processo 86/0171-0). O projeto constou do estudo da cultura material e das manifestações artísticas antigas e atuais dos Kadiweu, estando diretamente ligado às atividades do Acervo Plínio Ayrosa do Depto. de Antropologia/USP. Após pesquisas bibliográficas, um levantamento das coleções Kadiweu em museus brasileiros e seleção de material fotográfico, foi elaborado o "Catálogo de Arte e Técnicas Kadiweu", destinado exclusivamente às artesãs indígenas, que já haviam manifestado interesse em recuperar informações e registros sobre sua cultura e sua arte. Esse material foi levado às aldeias Kadiweu de Bodoquena e Campina durante as pesquisas de campo (fev.-jul/87).

(2) Em relação ao termo "primitivo", usado indiscriminadamente por vários autores, o marxista Jean Suret-Canale sugere sua aplicação nas sociedades onde se observa a lei de correspondência entre o nível das forças produtivas e as relações de produção e portanto, nunca para as sociedades agrícolas. (cf. Suret-Canale, 1968: 158)

(3) Essa posição fica clara na afirmação de Georgescu Roegen, de que os princípios básicos da economia só podem ser universalmente válidos no que se refere à sua forma - o conteúdo, entretanto, está determinado pelo marco institucional de cada sociedade.

(4) Autodenominam-se "EDIU-ADIG" e pertencem ao grupo linguístico Mbayá-Guaycuru. Estão localizados na Serra da Bodoquena/MS e sua população atual está por volta de 1.100 indivíduos.

Bibliografia utilizada

BALANDIER, G. - "Estruturas sociais tradicionais e mudanças econômicas", in Balandier, G. - As Dinâmicas Sociais, Difel, RJ, 1976.

CLASTRES, P. - A sociedade contra o Estado - Liv. Francisco Alves, RJ, 1978.

CARVALHO, E. de A. (org.) - "Introdução", in Godelier - Col. Grandes Cientistas Sociais, Ed. Ática, SP, 1981.

- "Introdução", in Antropologia Econômica, Liv. C. Humanas, SP, 1978.

GODELIER, M. - "Objeto e Método da Antropologia Econômica", in Godelier, M. - Racionalidade e Irracionalidade em Economia, Tempo Bras., RJ, s/d.

- "Antropologia y Economía: es posible la antropologia económica ?", in Godelier, M. (org.) - Antropologia y Economía, Ed. Anagrama, Barcelona, 1974

KAPLAN, D. - "La controversia formalistas-substantivistas de la antropologia económica: reflexiones sobre sus amplias implicaciones", in Godelier, M. (org.) - Antropologia y Economía, Ed. Anagrama, Barcelona, 1974.

OLIVEIRA, R.C. de - Identidade, Etnia e Estrutura Social,
Pioneira, SP, 1976.

POLANYI, K. - A Grande Transformação, Campus, RJ, 1980.

- "El sistema económico como proceso
institucionalizado", in Godelier, M. (org.) - Antropología y
Economía, Ed. Anagrama, Barcelona, 1974.

SAHLINS, M. - "A primeira sociedade da afluência", in
Carvalho, E.A. de (org.) - Antropología Económica, Liv. C.
Humanas, SP, 1978.

- Cultura e Razão Frática, Zahar, RJ, 1979.

- "Economia Tribal", in Godelier, M. (org.) -
Antropología y Economía, Ed. Anagrama, Barcelona, 1974.

- "O poder político e a economia na sociedade
primitiva", in Essays in the Science of Culture, Ed. Gertrud
E. Dole & Robert L. Carneiro, s/d.

SURET-CANALE, J. - "Estruturalismo e Antropologia
Econômica", in Estruturalismo e Marxismo, Zahar, RJ, 1968.

TERRAY, E. - O marxismo diante das sociedades primitivas,
Grael, RJ, 1979.